

EMPRESA ENERGETICA DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - ENERSUL

CNPJ/MF nº 15.413.826/0001-50

NIRE 54.300.000.566

Companhia Aberta

Campo Grande - MS, 24 de abril de 2012

Aos Srs. Acionistas da **EMPRESA ENERGETICA DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - ENERSUL.**

PROPOSTAS DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Companhia vem submeter as seguintes propostas à apreciação de V.Sas., reunidos em Assembleia Geral Ordinária, conforme Edital de Convocação abaixo transcrito:

“EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 30 de abril de 2012, às 10 horas, na sede social, na Avenida Gury Marques nº 8000 – Campo Grande - MS, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Exame, discussão e aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2011;
- b) Aprovação da destinação do resultado relativo ao exercício de 2011;
- c) Eleição dos integrantes do Conselho de Administração; e
- d) Fixação da remuneração dos administradores para o exercício de 2012.

Os documentos pertinentes à ordem do dia encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede social da Companhia e no seu endereço eletrônico www.enersul.com.br/investidores, bem como nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&Fbovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. (www.bmfbovespa.com.br).

Os acionistas deverão apresentar, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de comprovação de sua identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso, o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante. A representação por procuração deverá obedecer às determinações do § 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76.”

Para facilitar a consulta e manuseio, a administração da Companhia consolida, neste documento, todas as informações e documentos que devam ser disponibilizados a V.Sas., quais sejam:

Nº	Informação e/ou Documento
1.	Comentários dos Administradores
2.	Destinação dos Resultados
3.	Eleição de integrantes do Conselho de Administração
4.	Remuneração dos Administradores

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - Enersul (“Enersul” ou “Companhia”) tem como atividade a distribuição de energia elétrica no Estado do Mato Grosso do Sul com sede na cidade de Campo Grande-MS.

Todas as nossas operações são realizadas no Brasil, razão pela qual nossos resultados operacionais e situação financeira são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais do país, em especial, pelas taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, flutuações do câmbio e políticas tributárias.

Desde o início do Plano Real, em 1993, o Brasil tem evoluído para um quadro de estabilidade econômica, o que faz com que os agentes econômicos tenham expectativas favoráveis para o futuro do País. A manutenção da estabilidade monetária tem sido acompanhada pelo crescimento gradual, porém sustentado, da economia.

Nos anos recentes, o crescimento do PIB teve como principais fatores determinantes o bom desempenho do setor exportador e o aumento da demanda interna. O PIB brasileiro reduziu de 0,2% em 2009, para um crescimento de 7,5% em 2010 e crescimento de 2,7% em 2011¹. A taxa básica de juros em curto prazo (ajustada pelo BACEN em relação ao índice SELIC) aumentou de 8,65% em 2009, considerando o último dia de cada ano, para 10,67% em 2010 e para 10,91% em 2011.

A Companhia opera na região Centro-Oeste do Brasil e o crescimento econômico nessa região pode ser o fator de maior impacto na demanda por energia elétrica e nos resultados operacionais da Companhia.

A distribuição de energia elétrica nas áreas de concessão da Companhia mostra uma forte correlação com o crescimento e desenvolvimento das economias no Estado do Mato Grosso do Sul, uma vez que a base de clientes é, em grande parte, composta por clientes residenciais cativos nesse Estado. O consumo de energia nos Estados do Mato Grosso do Sul aumentou em média 6,3% ao ano de 2007 a 2011. A Companhia teve um aumento maior do que a média nacional de consumo elétrico, que foi de 3,3%² no mesmo exercício. Além disso, a Companhia acredita que o Estado tem um significativo potencial para desenvolvimento econômico que, a seu ver, se traduzirá em um potencial de crescimento na demanda por energia elétrica.

Inclusive, o PAC, criado pelo Governo Federal, tem como objetivo a aceleração do crescimento econômico, o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira, incluindo o Mato Grosso do Sul. O PAC consiste em um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infra-estrutura e remover obstáculos burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos, ao crescimento. Por meio do PAC, estima-se um investimento total da ordem de R\$5,9 bilhões no Estado do Mato Grosso do Sul, distribuídos nos setores de logística, energia, social e urbano.

As receitas da Companhia provêm do segmento de distribuição de energia elétrica. A receita consolidada é dividida da seguinte forma: (i) 89,7% no fornecimento de energia elétrica; (ii) 8,9% receita de construção; (iii) 0,1% suprimento de energia elétrica; e (vi) 1,2% outras receitas. Vale informar que a receita de construção é um dos efeitos da adoção do IFRS (International Financial Report Standard), Normas Internacionais de Contabilidade, pela companhia, a partir de 31 de

¹ Fonte: http://www.suapesquisa.com/geografia/economia_brasileira.htm

² Fonte: <http://www.epe.gov.br/mercado/Documents/Consumo%20nacional%20de%20energia%20el%C3%A9trica%20por%20classe%20-%201995-2011.pdf>

dezembro de 2010 e não constitui efeito real sobre o resultado operacional da companhia, visto a sua exata contrapartida no custo de operação, resultando em efeito zero no resultado operacional.

A diretoria entende que a Companhia apresenta condições patrimoniais e financeiras para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2011 era de R\$533,5 milhões, representados por 58.441 milhões de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

A propriedade de ações presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro das Ações Nominativas". Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de "Transferência de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer acionista, a Companhia deverá emitir certificados de ações. Os certificados de ações deverão ser assinados por 2 (dois) Diretores ou por 1 (um) Diretor juntamente com 1 (um) procurador legal com poder específico

A Companhia poderá, a qualquer tempo, por deliberação da Assembléia Geral: (a) criar classes de ações preferenciais ou aumentar o número de ações preferenciais de classes existentes sem guardar proporção com as demais classes ou com as ações ordinárias, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas, que poderão ser ou não resgatáveis e ter ou não valor nominal; (b) aprovar o resgate de ações, sujeito apenas à aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações ordinárias.

Nos casos de reembolso de ações previstos em lei, o valor de reembolso será o valor de patrimônio líquido contábil das ações, de acordo com o último balanço aprovado pela Assembléia Geral ou com balanço especial, se for o caso e se solicitado, segundo os critérios de avaliação do ativo e do passivo fixados na legislação societária e os princípios contábeis geralmente aceitos.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresentou a seguinte composição de capital: (i) 41,9% de capital próprio (ou seja, patrimônio líquido dividido pelo ativo total) e (ii) 58,1% de capital de terceiros (ou seja, a soma do passivo circulante com o passivo não circulante dividido pelo ativo total).

i. hipóteses de resgate

Não há.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há possibilidade de resgates de ações de emissão da companhia além das legalmente previstas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de curto e médio prazo do endividamento da Companhia, esta considera adequada a situação apresentada.

Observando o endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a Companhia acredita ter liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Caso a Companhia entenda necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos, a mesma acredita ter capacidade para contratá-los atualmente.

(R\$ mil)	2011	2010	2009
Empréstimos, financiamento e debêntures e encargos	657.896	645.751	676.038
Total de Disponibilidade (1)	116.142	99.591	104.319
Sub-rogação CCC	-	-	4.284
Dívida Líquida (2)	541.754	546.160	567.435

(1) Disponibilidades é a soma dos itens “numerário disponível” e “aplicações no mercado aberto”.

(2) Dívida líquida: empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos menos a disponibilidade e a sub-rogação CCC.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais fontes de recursos utilizadas pela companhia são: Eletrobrás e capital de giro. A Eletrobrás fornece uma taxa de juros subsidiada de aproximadamente 6% ao ano e prazos de amortização adequada com o retorno dos investimentos. O capital de giro foi feito por uma condição muito vantajosa nos contratos mais relevantes para empresa tanto na taxa em média de 3% ao ano como na amortização.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia recorrerá ao mercado financeiro contratando operações em seu benefício, caso a sua geração de caixa não seja suficiente para suprir a sua necessidade de capital de giro e investimentos.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O saldo da conta empréstimos e financiamentos passou de R\$645,7 milhões em 2010 para R\$657,9 milhões em 2011, representando um acréscimo de 1,9% (R\$12,2 milhões). Do total, 99,0% são dívidas em moeda nacional e 1,0% em moeda estrangeira e, 16,9% do endividamento financeiro é de curto prazo (vencimento em um ano) e 83,1% no longo prazo.

A tabela abaixo descreve a evolução do endividamento total consolidado em aberto da Companhia nos períodos em referência:

(R\$ mil)	Em 31 de dezembro de		
	2011	2010	2009
Curto Prazo			
Moeda Estrangeira	1.007	1.821	2.155
Moeda Nacional	109.944	88.894	52.843
Longo Prazo			
Moeda Estrangeira	5.341	5.681	12.970
Moeda Nacional	541.604	549.355	608.070
Total Geral	657.896	645.751	676.038

Abaixo, tabela contendo o resultado do índice de endividamento, que é a divisão da dívida financeira líquida pela dívida financeira líquida mais o patrimônio líquido [dívida financeira líquida / (dívida financeira líquida + patrimônio líquido)].

R\$ mil	Em 31 de Dezembro de		
	2011	2010	2009
Dívida financeira líquida	541.754	546.160	567.435
Patrimônio líquido	788.245	777.601	660.151
Índice de endividamento	0,41	0,41	0,46

Definições de dívida financeira líquida e patrimônio líquido:

Dívida Financeira Líquida – significa empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil e encargos menos caixa, aplicações e ativos de sub-rogação CCC.

Patrimônio Líquido – significa a conta patrimônio líquido do passivo.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os contratos de empréstimos e financiamentos mais expressivos, ainda vigentes, estão relacionados a seguir:

Banco Bradesco S.A.

Contrato na modalidade de Cédulas de Crédito Bancário firmando em setembro/2008 no valor total de R\$550,0 milhões para pagamento de dívidas e investimentos na própria emitente. Sobre o valor do empréstimo incidem juros de 100% da variação da taxa CDI acrescido de 3% ao ano, capitalizados diariamente. Principal vencível em 32 parcelas trimestrais, sendo a primeira em dezembro/2010 e a última em setembro/2018 e juros semestrais durante a carência, vencíveis a partir de março/2009 a setembro/2010. Garantia com alienação fiduciária sob condições suspensiva de ações ordinárias de emissão da emitente, alienação fiduciária de ações ordinárias de emissão da Caiuá Distribuição de Energia S.A. e cessão fiduciária dos direitos creditórios em montante igual de 5,23% da receita líquida mensal da emitente. Em setembro/2008 foi utilizado o valor de R\$126,6 milhões para a quitação antecipada de contratos de empréstimos junto ao BNDES por meio do Banco Alfa e aos Bancos do Brasil e Santander Banespa, em outubro/2008 foi utilizado o valor de R\$364,2 milhões para recompra das debêntures, em fevereiro, maio e julho de 2009 foi utilizado o valor total de R\$69,7 milhões para investimentos.

Esta operação tem taxa de juros efetiva de 3,96% a.a. em função do custo de transação, pagos antecipadamente e apropriados mensalmente ao resultado, conforme deliberação CVM nº 649/2010. Durante o exercício findo em 31/12/2011 foram amortizados R\$4,5 milhões (R\$5,0 milhões em 31/12/2010).

HSBC Bank Brasil S.A.

Contrato na modalidade de Cédulas de Crédito Bancário firmado em setembro/2011 no valor total de R\$80,0 milhões a ser utilizado como capital de giro, a ser pago em 54 parcelas mensais após carência de 6 meses, vencendo a última parcela em setembro/2016, operação contratada ao custo de 3,5% a.a. acima da variação do CDI, tendo como garantia a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Financiamentos relevantes e outras relações de longo prazo com instituições financeiras

São demonstrados abaixo as características das principais dívidas em 31 de dezembro de 2011:

BNDES:

Contrato nº 1003269 e aditivos – assinado em outubro de 2006, para financiamento de obras, no valor de R\$20,6 milhões com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco ALFA, a ser amortizado em 48 parcelas mensais e juros de 4,80% ao ano, indexação da TJLP, e término em junho de 2012, com garantia em Recebíveis e nota promissória. Em outubro de 2008 este contrato foi aditado, incluindo como avalista a Rede Energia S.A. e o custo passou de 4,8% a.a. para 6,3% a.a. acima da TJLP.

Eletrobrás:

IRDs (Instrumento de Reconhecimento de Débito) – recursos oriundos de repasse do Governo Federal, que constitui financiamento do Fundo Federal de Eletrificação à Concessionária, com amortização em 80 parcelas trimestrais iguais e taxa de juros de 8% ao ano e término em maio de 2022.

Programa Luz no Campo – ECF nº 1.975/2000 no valor de R\$25,6 milhões, com recursos para financiamento do Programa de Eletrificação Rural que integra o Programa Luz no Campo 1ª etapa, com juros de 6% ao ano, com amortização em 120 parcelas e término em julho de 2012. ECF nº 2.162/2002 no valor de R\$1.500 relativo à 2ª etapa, com juros de 6% ao ano, com amortização em 120 parcelas e término em junho de 2015.

Programa Luz para Todos – Empréstimos tomados para a implementação do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica “Luz para Todos”, instituído pelo Decreto nº4.873, de 11/11/2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás, com recursos originários da Reserva Global de Reversão - RGR. A amortização do contrato será em 120 parcelas mensais e sucessivas, com carência de 24 meses, vencendo a última parcela em março/2022, com taxas de juros de 5% a.a.

Em agosto/2011 houve liberação da 1ª parcela do contrato ECF nº 2.943/2011, provindo dos recursos da RGR e trata do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente. A amortização do contrato será em 60 parcelas mensais e sucessivas, com carência de 24 meses, vencendo a última parcela em setembro/2018, com taxas de juros de 5% a.a.

Banco do Brasil - FCO – contrato assinado em novembro de 2001, para financiamentos de obras com recursos do FCO - Fundo Constitucional do Centro Oeste, através do Banco do Brasil, sendo liberado R\$30,0 milhões a ser amortizado em 108 parcelas mensais iguais consecutivas, com juros de 11,1987% ao ano e término em novembro de 2013, com garantias da receita de arrecadação e aval da controladora.

Tesouro nacional:

Banco do Brasil S.A. – reestruturação da dívida externa, com garantias do Tesouro Nacional, contratos assinados em março/1997 com taxas de juros pré que variam de 6,2% a 8,2% a.a. e taxas que variam de 0,81% a 0,88% a.a. mais taxa Libor semestral e variação cambial, com amortização semestral, e a data do último vencimento será em abril/2024, com garantias de aval do Governo do Estado, receita própria e depósito caução de parte da dívida, atualizado mediante aplicação da média ponderada das variações dos preços dos “Bônus de Zero Cupom do Tesouro dos Estados Unidos da América” (“US\$ Treasury Zero Coupon Bond”) cujo saldo em 31/12/2011 era de R\$6,9 milhões.

iii. Grau de Subordinação entre as dívidas

O saldo do endividamento financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2011 era de R\$657,8 milhões, assim segmentados: (i) R\$178,3 milhões ou 27,1% de garantias reais por meio de recebíveis; (ii) R\$466,4 milhões ou 70,9% de garantias reais por meio de recebíveis e por aval dos Acionistas Controladores, Rede Energia S.A. e Rede Power do Brasil S.A. ("Rede Power"); e (iii) R\$13,1 milhões ou 2,0% de garantias reais. O grau de subordinação das dívidas, em relação às suas garantias, será sempre real, fluante e quirográfica, excetuando-se outras legalmente previstas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Bradesco

A Companhia deve Manter o seguinte índice financeiro:

- Dívida líquida financeira / EBITDA³ – tem que ser igual ou inferior a 4,0x

BNDES

A Companhia deve Manter o seguinte índice financeiro:

- Dívida financeira bruta / (Dívida financeira bruta + Patrimônio líquido) – tem que ser igual ou inferior a 0.7x durante os anos de 2006 e 2007.

- EBITDA / Dívida financeira bruta – tem que ser igual ou superior a 0.22x

- EBITDA / Despesa financeira bruta - tem que ser igual ou superior a 1,3x

A partir de dezembro de 2007 e até o final da liquidação do financiamento os seguintes índices financeiros:

Dívida financeira bruta / (Dívida financeira bruta + Patrimônio líquido) – tem que ser igual ou inferior a 0.65x a partir de 2008.

- EBITDA / Dívida financeira bruta – tem que ser igual ou superior a 0.26x

- EBITDA / Despesa financeira bruta - tem que ser igual ou superior a 1,5x

HSBC

- Endividamento Líquido Financeiro / EBITDA – tem que ser igual ou menor a 3,0x

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os financiamentos já contratados foram integralmente utilizados.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Principais Alterações nas Contas de Resultado

Análise dos Resultados Financeiros do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2011 comparados com Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2010

³ O EBITDA representa o lucro (prejuízo) líquido excluindo-se os efeitos de resultado em participações societárias, resultado financeiro, resultado não operacional, imposto de renda, contribuição social, crédito fiscal diferido, participação dos minoritários, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida sob as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou dos Estados Unidos e não deverá ser considerado como alternativa ao lucro líquido como indicador do resultado operacional nem como alternativa ao caixa operacional como indicador de liquidez. O EBITDA por nós calculado pode não ser comparável ao EBITDA utilizado por outras companhias.

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da ENERSUL apresentou um aumento de 16,7%, passando de R\$1.631,3 milhões em 2010 para R\$1.903,7 milhões em 2011. A receita operacional líquida do exercício de 2011 foi de R\$1.334,6 milhões, representando um aumento de 15,3% em relação a receita verificada em 2010. Esse incremento foi influenciado principalmente pelo crescimento do mercado consumidor em 6,5%, redução das perdas e o efeito do reajuste tarifário médio de 12,33% homologado pela ANEEL a partir de abril de 2011.

Custo do Serviço

O custo do serviço, composto de energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso de sistema de transmissão, totalizou R\$577,6 milhões em 2011, o que representa um acréscimo de 8,3% em relação aos R\$533,5 milhões de 2010, devido ao aumento da demanda e aumento do preço médio de compra de energia elétrica em 3,0%.

Custo da Operação

O custo da operação foi de R\$360,4 milhões em 2011 e R\$356,9 milhões em 2010, representando um aumento de 1,0%. Retirando-se o efeito do custo de construção - que não afeta o resultado operacional, uma vez que existe uma exata contrapartida na receita, como resultado da adoção ao IFRS – o custo da operação passou de R\$187,3 milhões em 2010 para R\$190,0 milhões, representando um aumento de 1,4%, variação essa, significativamente inferior a inflação do período de 5,10% (IGPM).

Despesas Operacionais

As despesas operacionais somaram R\$109,7 milhões em 2011 e R\$90,0 milhões em 2010, representando um aumento de 21,8%, influenciado principalmente pelo aumento das despesas gerais e administrativas, em especial a rubrica serviços de terceiros, que passou de R\$29,5 milhões em 2010 para R\$38,6 milhões em 2011, em razão de imobilização de custos diretos no valor de R\$11,0 milhões em 2010.

EBITDA

Em consequência dos resultados comentados nos parágrafos anteriores, o EBITDA da companhia aumentou de R\$257,0 milhões em 2010 para R\$363,1 milhões em 2011, representando um incremento de 41,2%.

Resultado Líquido

O resultado financeiro passou de uma despesa de R\$54,4 milhões em 2010 para uma despesa de R\$72,3 milhões em 2011, o que representa uma variação de 32,9% (R\$17,9 milhões), devida principalmente a: (i) variação monetária líquida em moeda estrangeira que passou de uma despesa de R\$1,8 milhões em 2010 para uma despesa de R\$8,0 milhões em 2011, gerando um acréscimo na despesa de R\$6,2 milhões; (ii) ajuste líquido a valor presente que passou de uma receita de R\$3,2 milhões em 2010 para uma despesa de R\$9,0 milhões em 2011, representando uma variação de R\$12,2 milhões; (iii) contratação de operação de swap em 2011, que gerou uma despesa líquida de R\$4,7 milhões; e (iv) encargos de dívida que passou de R\$80,2 milhões em 2010 para R\$87,6 milhões em 2011, gerando uma diferença de R\$7,4 milhões. Essas despesas, portanto, foram parcial e positivamente compensadas pelo (i) ganho de R\$4,3 milhões na renda

com aplicações financeiras; e (ii) acréscimo de R\$4,8 milhões na receita de acréscimos moratórios, devido a cobranças em atraso.

Por fim, o lucro líquido do exercício de 2011 foi de R\$151,8 milhões: um aumento de 77,8% em relação ao lucro de R\$85,4 milhões em 2010.

Análise dos Resultados Financeiros do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2010 comparados com Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2009

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da ENERSUL apresentou um aumento de 10,4%, passando de R\$1.477,1 milhões em 2009 para R\$1.631,3 milhões em 2010. Esse incremento foi influenciado principalmente (i) pelo crescimento do mercado consumidor em 8,8%; (ii) aumento de 1,2% no preço médio de venda de energia ao consumidor final; e (iii) incremento de 38,0% (R\$46,7 milhões) na receita de construção. Vale acrescentar que essa receita de construção é um dos efeitos da adoção do IFRS (*International Financial Report Standard*), Normas Internacionais de Contabilidade, pela companhia, a partir de 31 de dezembro de 2010, e não constitui efeito real sobre o resultado operacional da companhia, uma vez que esses mesmos valores (tanto para 2009 quanto para 2010) aparecem no custo de operação, resultando em efeito zero no EBITDA. Retirando-se portanto os efeitos da receita de construção, o aumento da receita bruta seria de 7,9%, passando de R\$1.354,2 milhões em 2009 para R\$1.461,7 milhões em 2010.

Custo do Serviço

O custo do serviço, composto de energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso de sistema de transmissão e distribuição, totalizou R\$533,5 milhões em 2010, o que representa um acréscimo de 14,0% em relação aos R\$468,1 milhões de 2009, devido ao aumento da demanda e de 9,7% no preço médio de compra.

Custo da Operação

O custo da operação foi de R\$356,9 milhões em 2010 e R\$299,1 milhões em 2009, representando um aumento de 19,3%. Retirando-se portanto o efeito do custo de construção, o aumento do custo de operação seria de 5,9%, passando de R\$176,2 milhões em 2009 para R\$186,6 milhões em 2010. O item que mais influenciou essa variação foi pessoal, com um aumento de 6,6% (R\$3,2 milhões). Esse percentual foi inferior ao crescimento da receita operacional e inferior a inflação de 11,3%, medida pelo IGP-M, em 2010.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais somaram R\$90,0 milhões em 2010 e R\$57,0 milhões em 2009, representando um aumento de 57,9%. Esse percentual foi basicamente influenciado por ajustes nas despesas com vendas, em 2009, decorrentes das alterações dos critérios de mensuração da antiga provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), agora denominada de perda no valor recuperável.

EBITDA

O EBITDA da companhia, calculado a partir do resultado do serviço acrescido da amortização, depreciação e despesas decorrentes das perdas na alienação e desativação de bens e direitos,

passou de R\$293,7 milhões em 2009 para R\$257,0 milhões em 2010, representando um decréscimo de 12,5% ou R\$36,7 milhões. A conciliação dessa variação do EBITDA está demonstrada a seguir, por meio das variações dos diversos resultados operacionais que o compõem: (+) R\$108,6 milhões de receita líquida; (-) R\$65,4 milhões de custo do serviço de energia elétrica; (-) R\$84,6 milhões dos custos e despesas operacionais; (+) R\$4,7 milhões de depreciação e amortização.

Resultado Líquido

O lucro líquido do exercício de 2010 foi de R\$85,4 milhões, representando uma redução de 14,8% em relação ao lucro de R\$100,2 milhões de 2009, influenciado principalmente pela redução do EBITDA e, em menor grau, pelo resultado financeiro que passou de uma despesa de R\$68,9 milhões em 2009 para uma despesa de R\$54,4 milhões em 2010, representando uma variação de 21,0% (R\$14,5 milhões).

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais

Análise das Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 comparadas com 31 de dezembro de 2010

Ativo Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2011, nosso numerário disponível e aplicações no mercado aberto totalizam R\$116,1 milhões, comparados a R\$99,6 milhões em 31 de dezembro de 2010. Tal aumento de 16,6% ocorreu principalmente devido ao montante de R\$108,6 milhões mantidos em aplicações financeiras que será destinado para o capital de giro da Companhia.

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta consumidores foi de R\$314,1 milhões, comparados com R\$250,2 milhões em 31 de dezembro de 2010. O aumento de 25,5% (R\$63,9 milhões) foi principalmente devido ao aumento do faturamento e transferência dos saldos de clientes, do longo para o curto prazo. O saldo da perda no valor recuperável foi em 31 de dezembro de 2011, de R\$38,5 milhões, comparados com R\$40,6 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando uma redução pouco significativa de 5,2% (R\$2,1 milhões) referente a realização de perdas no período.

Tributos e Contribuições Sociais a Compensar

Em 31 de dezembro de 2011, o montante de tributos e contribuições sociais a compensar correspondem a R\$29,5 milhões, comparado a R\$22,7 milhões de 31 de dezembro de 2010, representando também um aumento de 30,0% (R\$6,8 milhões) ocorreu principalmente devido ao aumento dos saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados na declaração de ajuste anual e o aumento do valor de ICMS a compensar na aquisição de bens do ativo imobilizado que será compensado em até 48 meses.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta de consumidores foi de R\$38,6 milhões, comparados aos R\$18,6 milhões em 31 de dezembro de 2010. O aumento de 107,5% (R\$20,0 milhões) ocorreu principalmente em virtude de parcelamento com consumidores da classe comercial, além das transferências dos saldos de cliente, do longo para o curto prazo.

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2011, nosso realizável em longo prazo contabilizou R\$11,6 milhões referentes ao saldo a receber de empresas relacionadas, comparados aos R\$22,6 milhões em 31 de dezembro de 2010. Tal redução de 94,8% (R\$11,0 milhões) ocorreu basicamente pelo recebimento da companhia relacionada Centrais Elétricas do Pará S.A – CELPA.

Créditos Tributários Diferidos

Em 31 de dezembro de 2011, nossos créditos tributários diferidos totalizaram R\$206,0 milhões, comparados aos R\$228,7 milhões em 31 de dezembro de 2010. Tal diminuição de 9,9% (R\$22,7 milhões) foi decorrente da apuração dos prejuízos fiscais e base negativa para realização dos lucros futuros.

Ativo Intangível e Financeiro

O saldo do ativo intangível e financeiro atingiu R\$977,9 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de 7,1% (R\$65,1 milhões) em relação aos R\$912,8 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento decorreu, principalmente, em virtude do aumento de R\$24,7 no ativo financeiro, que é a parte do imobilizado que não será amortizada durante o período da concessão e R\$40,3 referente aos Investimentos em Expansão e Melhoria do Sistema (Linhas, redes e subestações) no exercício de 2011.

Passivo Circulante

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta de fornecedores era de R\$120,6 milhões, comparados aos R\$103,1 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de 17,0% (R\$17,5 milhões). Tal aumento foi decorrente principalmente de 11,8% (R\$6,8 milhões) de suprimentos de energia elétrica e 63,1% (R\$19,7 milhões) de materiais e serviços compensados pela redução de 75,0% (R\$9,0 milhões) nos encargos de uso da rede elétrica.

Obrigações Fiscais

Nossos impostos e contribuições sociais a recolher totalizaram R\$80,8 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$45,8 milhões em dezembro de 2010, representando um aumento de 76,4% (R\$35,0 milhões). Esse aumento foi principalmente devido ao aumento do faturamento, o que acarretou em um incremento de R\$8,4 milhões no ICMS, R\$8,6 referente a parcelamento ordinário em 31/03/2011 de débitos de Pis e COFINS referente ao período de outubro/2010 à fevereiro/2011 a ser pago em 60 parcelas mensais atualizadas pela Selic e também R\$14,1 milhões referente a Imposto de Renda e Contribuição Social referente ao exercício de 2011.

Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

Nossos dividendos e juros sobre capital próprio totalizaram R\$21,7 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$8,5 milhões em dezembro de 2010, representando um aumento de 155,3% (R\$13,2 milhões). Esse montante de 2011 refere-se principalmente ao saldo dos dividendos intercalares deliberados na Reunião da Diretoria de 21/1/2011 e 27/12/2011.

Empréstimos, Financiamentos e Encargos

Nossos empréstimos, financiamentos e encargos totalizaram R\$111,0 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$90,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de 22,4% (R\$20,3 milhões). Tal aumento ocorreu devido principalmente ao aumento do capital de giro em R\$19,5 milhões.

Obrigações do Programa de Eficiência Energética

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento, a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). Em 31 de dezembro de 2011 esta rubrica totalizava R\$39,1 milhões, 8,0% superior ao saldo de R\$36,2 milhões em 31 de dezembro de 2010. Tal aumento de R\$2,9 milhões ocorreu devido às apropriações do período.

Passivo Exigível a Longo Prazo

Obrigações Fiscais

Nossos impostos e contribuições sociais a recolher totalizaram R\$27,3 milhões em 31 de dezembro de 2011 valor referente a parcelamento ordinário em 31/03/2011 de débitos de Pis e COFINS do período de outubro/2010 à fevereiro/2011 a ser pago em 60 parcelas mensais atualizadas pela Selic e também R\$14,1 milhões referente a Imposto de Renda e Contribuição Social referente ao exercício de 2011.

Empréstimos, Financiamentos e Encargos

Nossos empréstimos, financiamentos e encargos em longo prazo totalizaram R\$546,9 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$555,0 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando uma redução de 1,5% (R\$8,1 milhões). Tal redução foi influenciada principalmente pela redução dos Investimentos em R\$3,3 milhões e redução de R\$5,4 milhões no saldo com a Eletrobrás (IRD, Universalização e Luz Para Todos).

Provisões para Contingência

Em 31 de dezembro de 2010, nossas provisões para passivos contingentes totalizaram R\$65,0 milhões, comparados aos R\$66,0 milhões de 31 de dezembro de 2010. Tal redução de 1,5% (R\$1,0 milhão) ocorreu substancialmente em decorrência da redução de R\$1,2 milhão nas provisões para ações de natureza trabalhista.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2011 o patrimônio líquido foi de R\$788,2 milhões, comparados aos R\$777,6 milhões em 31 de dezembro de 2010. Tal aumento de R\$10,6 milhões ou 1,4% foi devido ao aumento nas reservas de lucros de R\$7,6 milhões de reserva legal e R\$3,0 milhões de retenção de lucros.

Análise das Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 comparadas com 31 de dezembro de 2009

Ativo Circulante

Numerário Disponível e Aplicações No Mercado Aberto

Em 31 de dezembro de 2010, nosso numerário disponível e aplicações no mercado aberto totalizam R\$99,6 milhões, comparados a R\$104,3 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal diminuição de 4,5% ocorreu principalmente em decorrência da continuidade dos desembolsos para investimento em expansão e manutenção da rede, bem como programa de Universalização e redução de perdas.

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta consumidores foi de R\$290,8 milhões, comparados com R\$267,0 milhões em 31 de dezembro de 2009. O aumento de 8,9% (R\$23,8 milhões) foi principalmente devido ao aumento do faturamento em 6,3% e transferência dos saldos de clientes das classes de serviços públicos, do longo para o curto prazo.

O saldo do valor recuperável em 31 de dezembro de 2010, foi de R\$40,6 milhões, comparados com R\$41,2 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando uma redução pouco significativa de 1,6% (R\$0,6 milhão) e sem qualquer evento relevante que mereça destaque.

Tributos e Contribuições Sociais a Compensar

Em 31 de dezembro de 2010, o montante de tributos e contribuições sociais a compensar corresponde a R\$22,7 milhões, comparado a R\$22,6 milhões de 31 de dezembro de 2009, representando também uma redução pouco significativa de 0,4% (R\$0,1 milhão) e sem qualquer evento relevante que mereça destaque.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta de consumidores foi de R\$18,6 milhões, comparados aos R\$31,6 milhões em 31 de dezembro de 2009. A redução de 41,0% (R\$13,0 milhões) ocorreu em virtude da transferência de saldos de consumidores das classes de serviços públicos para o curto prazo.

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2010, nosso realizável em longo prazo contabilizou R\$22,6 milhões referentes ao saldo a receber de empresas relacionadas, comparados aos R\$40,2 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal redução de 43,8% (R\$17,6 milhões) ocorreu basicamente pelo recebimento de R\$14,9 milhões da companhia relacionada Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT e R\$1,5 milhão da relacionada Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE.

Créditos Tributários Diferidos

Em 31 de dezembro de 2010, nossos créditos tributários diferidos totalizaram R\$228,7 milhões, comparados aos R\$259,3 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal diminuição de 11,8% (R\$30,6 milhões) foi decorrente da utilização de créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social com os impostos a pagar sobre o resultado do exercício.

Ativo Intangível e Financeiro

O saldo do ativo intangível e financeiro atingiu R\$912,8 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de 2,9% (R\$25,3 milhões) em relação aos R\$887,5 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento decorreu, principalmente, em virtude do aumento de R\$17,6 no ativo financeiro, que é a parte do imobilizado que não será amortizada durante o período da concessão, devido às adições do período.

Passivo Circulante

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta de fornecedores era de R\$103,1 milhões, comparados aos R\$104,2 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando uma redução pouco significativa de 1,0% (R\$1,1 milhão), não havendo evento relevante a ser destacado.

Impostos e Contribuições Sociais

Nossos impostos e contribuições sociais a recolher totalizaram R\$45,8 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$29,7 milhões em dezembro de 2009, representando um aumento de 53,9% (R\$16,1 milhões). Esse aumento foi principalmente devido ao aumento do faturamento, o que acarretou em um incremento de R\$3,2 milhões no ICMS, R\$1,9 milhão no PIS, R\$9,0 milhões no COFINS, e também R\$1,5 milhão referente ao IRRF sobre juros sobre capital próprio.

Empréstimos, Financiamentos e Encargos

Nossos empréstimos, financiamentos e encargos totalizaram R\$90,7 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$29,7 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de 64,9% (R\$35,7 milhões). Tal aumento ocorreu devido a: (i) aumento do capital de giro em R\$33,3 milhões, e (ii) aumento de saldo com Eletrobrás em R\$1,9 milhão, referente a investimentos, tais como IRD (Instrumento de Reconhecimento de Débito), Programa Luz Para Todos e Universalização.

Obrigações do Programa de Eficiência Energética

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento, a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas

e Energia (MME). Em 31 de dezembro de 2010 esta rubrica totalizava R\$36,2 milhões, 23,9% superior ao saldo de R\$29,2 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal aumento de R\$3,0 milhões ocorreu devido às apropriações do período.

Passivo Exigível a Longo Prazo

Empréstimos, Financiamentos e Encargos

Nossos empréstimos, financiamentos e encargos em longo prazo totalizaram R\$555,0 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$621,0 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando uma redução de 10,6% (R\$66,0 milhões). Tal redução foi influenciada principalmente pela redução do capital de giro em R\$70,0 milhões e aumento de R\$10,8 milhões no saldo com a Eletrobrás (IRD, Universalização e Luz Para Todos).

Provisões para Contingência

Em 31 de dezembro de 2010, nossas provisões para passivos contingentes totalizaram R\$66,0 milhões, comparados aos R\$74,6 milhões de 31 de dezembro de 2009. Tal redução de 11,5% (R\$8,6 milhões) ocorreu substancialmente em decorrência da redução de R\$6,5 milhões nas provisões para ações de natureza trabalhista e redução de R\$2,2 milhões nas ações de natureza cível.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2010 o patrimônio líquido foi de R\$777,6 milhões, comparados aos R\$660,2 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal aumento de R\$117,4 milhões ou 17,8% foi devido ao aumento de R\$70,1 milhões no capital social da companhia, em virtude de capitalização pela Rede Energia S.A., com recursos oriundos do Fundo FI-FGTS, capitalizados na Empresa de Energia Elétrica Vale Paranapanema S.A., empresa holding que controla a Rede Energia S.A.

10.2. Os diretores devem comentar:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da ENERSUL é, em sua maior parte, oriunda da venda de energia elétrica aos consumidores finais no Estado de Mato Grosso do Sul, que por sua vez são subdivididas em classes de consumo. A seguir faremos uma análise do comportamento dessas classes em 2011, em comparação a 2010.

A classe residencial apresentou um consumo de 1.253 GWh em 2011 e 1.174 GWh em 2010, resultando em um aumento de 6,7%, enquanto o número de clientes avançou 4,1%. Verificou-se ainda um aumento no consumo médio residencial de 3,0%, passando de 152,5 kWh/mês até dezembro de 2010 para 157,1 kWh/mês durante 2011. O resultado desta classe foi apoiado pela manutenção do patamar de criação de empregos de 2010 em 2011, o dobro do de anos anteriores, permitindo uma mudança no perfil de consumo residencial e pela aquisição incentivada de bens duráveis, em especial da linha branca, pelas famílias.

Os clientes cativos da classe industrial consumiram 542 GWh em 2011, contra 532 GWh apresentados no ano anterior, o que implicou em uma evolução de 1,9%. Tal índice foi influenciado pela migração de duas grandes unidades de abate e frigorificação de bovinos para o mercado livre. A Energia Distribuída (incluindo os clientes livres) apresentou avanço de 4,6% em relação ao ano anterior, índice abaixo das expectativas em função do atraso na entrada de quatro grandes clientes.

Em 2011, a classe comercial apresentou um consumo de 857 GWh contra os 776 GWh de 2010, o que representou um acréscimo de 10,4%. As maiores contribuições para este desempenho foram dos setores Comércio Varejista, com participação de 33,6%, que cresceu 14,1% e de Serviços Auxiliares Diversos, com participação de 10,5% e crescimento de 37,3%. A energia distribuída (incluindo os clientes livres) apresentou um acréscimo de 10,6% em relação ao mesmo período anterior.

Na classe rural foi verificado um acréscimo de 5,1% no comparativo com o ano anterior. O consumo apresentado foi de 402,1 GWh, contra 382,5 GWh em 2010. Este crescimento foi apoiado pelo crescimento pulverizado em diversos setores de pequeno porte indicando uma consolidação da política de incremento e aumento de produtividade de pequenas propriedades.

Nas demais classes (serviços públicos, poderes públicos e iluminação pública) houve uma evolução de consumo de 5,8% em relação ao ano anterior com destaque para o incremento do consumo dos poderes públicos de 9,6%. Destaca-se a evolução das renegociações em prol da redução das dívidas dos municípios e do acordo realizado para adimplir o maior hospital do Estado.

Na tabela abaixo é demonstrada as receitas bruta e líquida dos últimos 3 exercícios sociais:

R\$ mil	2011	2010	2009
Receita operacional bruta	1.903.673	1.631.322	1.477.100
Deduções	(569.072)	(474.313)	(468.102)
Receita operacional líquida	1.334.601	1.157.009	1.048.402

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia possui, principalmente, os seguintes fatores:

- Alterações nos custos da Companhia, incluído o preço de energia, embora, alguns custos, como aqueles chamados de não gerenciáveis (encargos setoriais e compra de energia, basicamente), são repassados integralmente para a tarifa, a menos que a contratação de energia ultrapasse 103% da necessidade. Nesse caso, o excedente deverá ser comercializado pela Companhia no mercado *spot*.
- Comportamento do mercado consumidor, que poderá ser influenciado por aumento da renda, elevação ou redução na temperatura, e instalações de novas indústrias na área de concessão da Companhia (ou migração de indústrias para outras regiões do país).
- Alterações nas tarifas de energia decorrentes da revisão e reajustes tarifários homologados pela ANEEL;
- Disponibilidade de energia para o atendimento sem restrições ao mercado. Por exemplo, em 2001, a geração de energia não foi suficiente para atendimento da demanda, resultado em racionamento. Na ocasião, as companhias do setor tiveram suas receitas reduzidas entre 20% e 30%;
- Condições econômicas no Brasil em geral e nas áreas de concessão da Companhia;
- Resultados das disputas judiciais e contingências; e
- Variação cambial e de taxa de juros.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita requerida anual, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em 2 parcelas para fins de sua determinação:

- Parcela A: Compreende os custos “não-gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, os custos cujo montante e variância estão fora do controle e influência da Companhia.
- Parcela B: Compreende os custos “gerenciáveis”, que são os custos inerentes as operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela Companhia. Também inclui a remuneração do capital, e também um percentual regulatório de receitas irrecuperáveis.

O contrato de concessão de distribuição de energia da Companhia estabelece a tarifa inicial e, prescreve os seguintes mecanismos de atualização tarifária:

- Reajuste tarifário anual: Objetiva restabelecer anualmente o poder de compra da receita obtida pela Companhia. Representa um ajuste referente as flutuações dos custos da Parcela “A” e a inflação (IGP-M) da Parcela “B” decrescido ou acrescido do Fator “X” (meta de eficiência para o próximo período).
- Revisão tarifária extraordinária: Pode ocorrer a qualquer momento quando acontecer um desequilíbrio econômico-financeiro no acordo de concessão.
- Revisão tarifária periódica: Objetiva analisar, a cada 5 anos, o equilíbrio financeiro-econômico da concessão. O processo se dá através da revisão da receita necessária para cobertura dos custos operacionais eficientes e a remuneração adequada sobre os investimentos realizados com prudência.

A revisão tarifária periódica é aplicável sobre Parcela “B”, tendo seu mecanismo conduzido em 2 etapas. Na primeira etapa, o chamado reposicionamento tarifário, que se baseia na definição da parcela da receita necessária para coberta dos custos operacionais eficientes, dado um nível de qualidade do serviço e uma remuneração sobre os investimentos realizados com prudência. A

segunda etapa consiste no cálculo do Fator "X", que estabelece metas de eficiência para o próximo período.

- (a) Encargo pago mensalmente, no montante anual equivalente a 2,5% dos investimentos efetuados pela Companhia em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitando-se a 3% da receita anual. Tem finalidade principal de prover recursos para reversão/encampação dos serviços de energia elétrica, não se limitando a esses objetivos.
- (b) Encargo que visa cobrir os custos anuais de geração termelétrica, cujo montante anual é fixado para cada empresa em função do seu mercado e necessidade do uso das usinas termelétricas.
- (c) Encargo que tem a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. Este é fixado anualmente e pago mensalmente.
- (d) Encargo para cobertura dos custos da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais elétricas e biomassa. Calculado anualmente pela ANEEL, e pago mensalmente pela Companhia.
- (e) Encargo com finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e competitividade energética dos estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica. Seu valor é fixado anualmente pela ANEEL.
- (f) Referente à aplicação de 1,3% da receita operacional líquida anual, sendo no mínimo 0,75% em pesquisa e desenvolvimento e 0,30% em eficiência energética no setor elétrico.
- (g) Refere-se à parcela da receita destinada à cobertura dos custos diretamente vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.
- (h) Representa à parcela da receita necessária à formação dos recursos financeiros destinados à recomposição dos investimentos realizados.
- (i) É a parcela da receita necessária para promover rendimento do capital investido na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados pela inflação, pelas tarifas praticadas nos leilões de venda de energia que refletem oferta e demanda, além das características da fonte da energia comercializada, as oscilações nas tarifas cobradas dos consumidores e os encargos setoriais ambos homologados anualmente pela ANEEL, sendo que as variações são reconhecidas nas tarifas cobradas dos consumidores por meio do mecanismo de CVA. Desta forma, a maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação, exceto pela tarifa de compra de energia das quotas de Itaipu que é denominada em dólar, sendo as variações da taxa de câmbio desse contrato também são reconhecidas nas tarifas de distribuição por meio do mecanismo da CVA. Além disso, a Companhia está exposta às taxas de juros cobradas nos financiamentos e não possui dívida denominada em moeda estrangeira.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não há nesta data, expectativa de introdução ou alienação futura de segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não Aplicável.

c. Eventos ou operações não usuais

Não Aplicável

10.4 – Os diretores devem comentar:

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não há mudança significativa nas práticas contábeis do exercício de 2.011.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

1. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Declaração de conformidade (com relação as práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais abrangem a legislação societária brasileira, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica, definidas pelo poder concedente, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) adotados no Brasil e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1.1. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras, bem como na experiência da Administração. As estimativas são revisadas continuamente e quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem:

- Provisões;
- Perda no valor recuperável;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Ativo financeiro – bens da concessão;
- Vida útil de ativo intangível;
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, inclusive derivativos;
- Passivos contingentes; e
- Planos de pensão.

1.2. Gestão do capital

A Companhia gerencia seu capital com o objetivo de proteger a sua capacidade operacional, mantendo uma estrutura de capital que possa oferecer o maior retorno possível aos seus acionistas, no entanto sem que isto a onere.

Similar a outras Companhias do mercado, a Companhia monitora seu capital com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde a dívida líquida, incluindo empréstimos de curto e longo prazo, dividida pelo capital total.

Informações pertinentes aos riscos inerentes a operação da Companhia e a utilização de instrumentos financeiros para dirimir esses riscos, bem como as políticas e riscos relacionados aos instrumentos financeiros, estão descritos na nota explicativa nº 22.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Ativos e passivos financeiros:

a. Reconhecimento e Mensuração: A Companhia reconhece os instrumentos financeiros nas suas demonstrações financeiras quando, e apenas quando, ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, e após o reconhecimento inicial, a Companhia mensura os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, somados aos custos de transação que sejam diretamente atribuídos à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro, pelo custo ou pelo custo amortizado, quando esses instrumentos financeiros são classificados de acordo com sua data de liquidação (mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis).

b. Classificação: A Companhia classifica os ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias: (i) Mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) Mantidos até o vencimento e (iii) Empréstimos e recebíveis.

i. Mensurados ao valor justo por meio do resultado: são instrumentos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda a curto prazo. Os derivativos também são caracterizados como mantidos para negociação, a menos que tenha sido designado como instrumento de proteção (*hedge*);

ii. Mantidos até o vencimento: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento.

iii. Empréstimos e recebíveis: são ativos e passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos determináveis que não estão cotados em mercado ativo.

c. Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros: Os ativos financeiros são avaliados a cada data do balanço, identificando se são totalmente recuperáveis ou se há perda de *impairment* para esses instrumentos financeiros.

Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa estando sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A mesma definição é utilizada na Demonstração do Fluxo de Caixa.

Consumidores: Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado e a faturar a consumidores finais, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados pela CCEE

Perda no valor recuperável (*impairment*): Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e quando um evento subsequente indica reversão da perda, a diminuição é revertida e registrada no resultado.

a. Ativos financeiros: Constituída após avaliação sobre a existência de evidência objetiva acerca da possibilidade de perda no valor recuperável de recebíveis. Tal evidência é advinda de eventos ocorridos após o reconhecimento do ativo que afetem o fluxo de caixa futuro estimado, tendo como base a experiência da Administração. A análise sobre a evidência é feita individualmente para casos mais significativos e coletivamente para os demais casos.

b. Ativos não financeiros: Todo final de período a Companhia avalia se existem evidências objetivas de que os ativos da concessão, estejam desvalorizados, sendo levado em conta fatores internos e externos. Caso existam evidências, o teste de recuperabilidade econômica é realizado. Ativos intangíveis com vida útil indefinida e, ainda os não disponíveis para uso são testados anualmente, sempre na mesma data, independente da existência de evidências.

A Companhia utiliza o valor em uso como métrica de cálculo do valor recuperável, pois em sua maioria, os testes de recuperabilidade são realizados no nível de concessão, onde esta representa a menor unidade geradora de caixa. As projeções do fluxo de caixa se baseiam nos orçamentos e planos de negócios aprovadas pela Companhia para um período de 5 anos, posteriormente são utilizadas taxas constantes. A taxa de desconto utilizada é 12,81%, que representa o WACC real setorial.

Ajuste a Valor Presente: Os ativos e passivos de longo prazo, bem como, os de curto prazo caso relevante, são ajustados a valor presente. Os principais efeitos apurados estão relacionados com as rubricas “Consumidores” e “Tributos a Recuperar”. As taxas de descontos refletem as taxas

utilizadas para riscos e prazos semelhantes aos utilizados pelo mercado, equivalente a 12,81%, que representa o WACC real setorial.

Estoque (inclusive do ativo intangível em curso): Os materiais em estoque classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativos) e aqueles destinados a investimento classificados no ativo intangível em curso (depósito de obra) estão registrados ao custo médio de aquisição.

Investimentos: Inclui propriedades para investimentos que representam os bens não utilizados no objetivo da concessão, mantidos para valorização ou renda. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e subsequentemente ao valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Intangível: Incluem o direito de uso dos bens integrantes dos contratos de concessão até o final da concessão. A amortização reflete o padrão de consumo dos bens em relação aos benefícios econômicos esperados dentro do prazo da concessão, e é reconhecida na rubrica de Custo de Operação e Despesas Operacionais.

Contratos de concessão: Os contratos de concessão são reconhecidos como ativo intangível e ativo financeiro. O valor do ativo intangível dos contratos de concessões representa o custo amortizado dos bens que compõem a concessão limitados ao final da concessão. O custo compreende o preço de aquisição (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração. A amortização do ativo intangível dos contratos de concessão representa a depreciação regulatória dos bens individuais. Os ativos intangíveis dos contratos de concessões têm o seu valor testado para perda de recuperabilidade econômica, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A amortização é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais. O ativo financeiro refere-se aos investimentos realizados e previstos no contrato de concessão e não amortizados até o final da concessão por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e a Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão. Ele é reconhecido pelo custo residual não amortizado e o valor somente é alterado por meio de atualizações, adições, baixas e transferências ao longo do prazo de concessão.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica: Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimento no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. Essas obrigações estão registradas em grupo específico no passivo não circulante, e estão sendo apresentadas como dedução do Ativo Financeiro e Ativo Intangível da concessão, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamentos para obras.

Subvenção e assistência governamental: A partir de 1/1/2008, as subvenções governamentais, se recebidas, serão reconhecidas como receita ao longo do período, confrontadas com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática. Os valores a serem apropriados no resultado serão destinados a Reserva de Incentivos Fiscais. Atualmente a Companhia não possui subvenções e assistências governamentais.

Arrendamento mercantil: Os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos, este é reconhecido como um ativo e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros. Quando o arrendamento é classificado como operacional, ou seja, seus riscos e benefícios não são

transferidos, os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

Empréstimos e financiamentos: Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço. Os custos de transação estão deduzidos dos empréstimos/financiamentos correspondentes. Esses ajustes são apropriados ao resultado pela taxa efetiva de juros do período em despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo do ativo intangível em curso.

Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia firmou contratos derivativos com o objetivo de administrar os riscos associados a variações nas taxas cambiais e de juros. Os referidos contratos derivativos são contabilizados pelo regime de competência e estão mensurados a valor justo por meio de resultados. Os diferenciais a receber e a pagar referentes aos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados em contas patrimoniais de “Operações de *swap*” e o resultado apurado na conta “Receitas e Despesas Financeiras” (resultado) e/ou intangível em curso (quando da construção do intangível operacional da concessão). Os ganhos e perdas auferidos ou incorridos em função do valor justo desses contratos são reconhecidos como ajustes em receitas ou despesas financeiras. Os contratos derivativos da Companhia são, em sua maioria, com instituições financeiras de grande porte e que apresentam grande experiência com instrumentos financeiros dessa natureza. A Companhia não tem contratos derivativos com fins especulativos.

Custo de empréstimos: Compreendem os juros e outros custos incorridos em conexão com empréstimos de recursos para aquisição, construção ou produção de um ativo, que leve um período substancial de tempo para ficar pronto para seu uso pretendido. Esses custos começam a ser capitalizados quando a Companhia incorre em gastos, custos de empréstimos e as atividades de construção estejam iniciadas, cessando quando substancialmente todas as atividades necessárias estiverem completas. Para empréstimos específicos, o montante capitalizado é o efetivamente incorrido sobre tais empréstimos durante o período, deduzidos de qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário dos mesmos. Para empréstimos genéricos, aplica-se a taxa ponderada dos respectivos custos sobre o saldo vigente, aplicando esta taxa sobre o valor do ativo em construção, sendo esta capitalização limitada ao valor recuperável do ativo.

Provisões para contingências: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

Outros direitos e obrigações: Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes que estão sujeitos a variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão

atualizados com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores na data das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base no lucro tributável e na base de cálculo da contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes na data do balanço. Sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são constituídos impostos diferidos. Os ativos e passivos diferidos são registrados nos ativos e passivos não circulantes. Os impostos diferidos serão realizados com base nas alíquotas que se espera serem aplicáveis no período que o ativo será realizado ou, o passivo liquidado. Tais ativos e passivos não são descontados a valor presente. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

De acordo com o art. 15 da Lei 11.941/2009, que institui o Regime Tributário de Transição ("RTT") de apuração do Lucro Real, a Companhia considerou a opção pelo RTT aplicável ao biênio 2008-2009, por meio do envio da Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ 2009, relativo ao ano-calendário de 2008. A partir do ano-calendário de 2010, a adoção ao RTT passou a ser obrigatória.

Plano de aposentadoria e pensão: A Companhia possui plano de aposentadoria e pensão, sendo este contabilizado conforme sua classificação, contribuição definida ou benefício definido. O plano de contribuição definida é aquele que a Companhia paga contribuições fixas a uma entidade separada, não tendo a obrigação legal ou não formalizada de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. Já o de benefício definido compreende todos os planos que não sejam classificados como contribuição definida.

A contribuição da Companhia para o plano de contribuição definida é reconhecida na demonstração do resultado como custo e/ou despesa com pessoal, sendo que nenhum ativo ou passivo é reconhecido.

O plano de benefício definido tem sua contabilização baseada em avaliações atuárias sendo o valor presente das obrigações calculado pelo Método Unitário Projetado. A Companhia se utiliza de atuários qualificados independentes anualmente.

Receita líquida de vendas: As receitas de fornecimento de energia elétrica são mensuradas com base no regime de competência, sendo reconhecida no momento em que os riscos e benefícios são transferidos, ou seja, no momento da entrega da energia. Assim, inclui a quantificação estimada do fornecimento de energia elétrica da última medição (emissão fatura) até o encerramento das demonstrações financeiras.

Registro das operações de compra e venda de energia na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica: As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

Receita e custo de construção: O custo de construção das obras relativas a distribuição de energia elétrica, é baseado na percentagem completada da obra, sendo determinada com base nos custos incorridos até a data. Não existe margem de lucro, assim a receita de construção é igual ao custo de construção.

Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente encargos, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. Os custos dos empréstimos são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.

Informações sobre quantidade de ações e resultado por ação: O resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício (o numerador) pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas, menos as mantidas em tesouraria (denominador).

Demonstrações de valor adicionado: A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Diversas normas, emendas e interpretações IFRSs emitidas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*) ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31/12/2011, sendo elas:

- Emenda da IAS 01 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (CPC 26 - R1): Conceitos e forma de apresentação dos resultados abrangentes. Vigência 1/7/2012;
- Emenda da IAS 12 – Tributos sobre o lucro (CPC 32): Recuperação de ativos mensurados pelo valor justo. Vigência 1/1/2012;
- Emenda da IAS 19 – Benefícios a empregados (CPC 33): Ganhos e perdas atuariais imediatamente reconhecidas em outros resultados abrangentes. Vigência 1/1/2013;
- Emenda da IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (CPC 36 - R2): Estabelece a contabilização e divulgação de investimentos em subsidiárias, *joint ventures*, e coligadas quando uma entidade optar, ou for exigida pelos regulamentos locais, apresentar demonstrações financeiras separadas. Vigência em 1/1/2013;
- Emenda da IAS 28 - Investimento em Coligada e em Controlada (CPC 18): Prescreve a contabilização de investimentos em associadas e estabelece os requisitos para a aplicação do método de equivalência patrimonial quando contabilização de investimentos em coligadas e *joint ventures*. Vigência 1/1/2013;
- Emenda da IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação (CPC 39): Apresentar requerimentos para compensação de ativos financeiros e passivos financeiros. Vigência 1/1/2014;
- Emenda da IFRS 7 (emitida em outubro/2010) – Instrumentos financeiros: Evidenciação (CPC 40): Divulgação das informações que permitam aos usuários entender a relação entre os ativos financeiros transferidos que não são desreconhecidos na sua totalidade e os passivos associados e avaliar a natureza e os riscos associados com o envolvimento contínuo da entidade com o ativo financeiro desreconhecido. Vigência 1/7/2011;
- Emenda da IFRS 7 (emitida em dezembro/2011) – Instrumentos financeiros: Evidenciação (CPC 40): Estabelece novas divulgações a respeito de compensação de saldos de ativos e passivos financeiros. Vigência 1/1/2013;

- IFRS 9 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração (CPC 38): Mantém mas simplifica o modelo de mensuração mista e estabelece duas categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. Vigência 1/1/2015;
- IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas: Modelo único a ser aplicado na análise de controle para todas as investidas. Vigência 1/1/2013;
- IFRS 11 – Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto: É extraído da IAS 31 (CPC 19) as entidades controladas em conjunto, em que, embora haja veículos separados, essa separação não é efetiva por alguma razão; e, as entidades que não se enquadrem como uma operação conjunta, deverão ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e não é mais permitida a consolidação proporcional. Vigência 1/1/2013;
- IFRS 12 – Divulgação de investimentos em outras entidades: Requerimentos de divulgação para entidades que possuem participações em subsidiárias, *joint arrangements*, coligadas e/ou entidades não consolidadas. Vigência 1/1/2013;
- IFRS 13 – Mensuração do valor justo: Estabelece critérios de mensuração e divulgação do valor justo quando for requerido ou permitido por outros IFRS. Vigência 1/1/2013;

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos ou revisões equivalentes às IFRS/IAS acima citadas. A adoção antecipada destes pronunciamentos está condicionada a aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

Reclassificações e correções: Algumas reclassificações e correções foram efetuadas para melhor apresentação das demonstrações financeiras comparativas, conforme o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Demonstrações dos resultados abrangentes: As demonstrações dos resultados abrangentes não estão sendo divulgadas, uma vez que a Companhia não apurou transações que envolvam registros em outros resultados abrangentes que impactam o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

10.6 – Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia atende aos padrões de governança corporativa e considera seus controles internos suficientes para o tipo de atividade e o volume de transações que opera. A Administração está empenhada no constante aprimoramento, efetuando constantes revisões, visando a melhoria contínua de seus processos.

b. Deficiências e recomendações sobre controles internos presentes no relatório do auditor independente

Como parte dos exames das demonstrações financeiras pelos auditores independentes, relativos aos exercícios de 2008, 2009 e 2010, foram elaborados relatórios de controles internos com algumas recomendações, as quais não representaram nenhum comprometimento no desenvolvimento das atividades da Enersul. Estas recomendações foram discutidas com os auditores, e quando aplicáveis, foram adotadas como procedimentos de aperfeiçoamento dos controles da Companhia.

10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

A Companhia não fez nenhuma oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados.

Não aplicável.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.

Não aplicável.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios.

Não aplicável.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iv. contratos de construção não terminada

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não Aplicável

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não Aplicável

b. Natureza e o propósito da operação

Não Aplicável

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não Aplicável

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O quadro abaixo demonstra os investimentos realizados nos últimos 3 anos pela ENERSUL:

R\$ mil	2.011	2.010	2.009
Programa Luz Para Todos/Universalização	41.926	54.525	29.958
Telecomunicações/Informática/Infraestrutura	34.831	15.740	23.517
Redução de Perdas	9.864	4.733	9.623
Expansão, Manutenção e Melhorias no Sistema	82.440	98.751	67.360
Total	169.061	173.749	130.458

Os programas atualmente em andamento estão relacionados a seguir:

PROGRAMA LUZ PARA TODOS ("LPT") e PROGRAMA NACIONAL DE UNIVERSALIZAÇÃO: em 2011, 2010 e 2009 a companhia investiu R\$41,9, R\$54,5 e R\$29,9 milhões respectivamente no LPT e UNIVERSALIZAÇÃO, cuja principal característica é possibilitar o acesso e uso da energia elétrica, a todos os cidadãos domiciliados nas áreas urbanas e rurais do Estado. Os recursos para atendimento do LPT são provenientes da Reserva Global de Reversão ("RGR"), Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), Estado e Fonte Própria.

TELECOMUNICAÇÕES / INFORMÁTICA / INFRA-ESTRUTURA: Para atendimento as necessidade de apoio ao negócio da empresa, em 2011, 2010 e 2009 foram investidos R\$34,8, R\$15,7 e R\$23,5 milhões, em projetos de telecomunicação, informática e infra estrutura. Destacam-se os investimentos realizados para a implementação de sistema de despacho inteligente e unificado, técnico e comercial, com controle on-line das equipes quanto ao tipo de serviço a ser executado, podendo ser alterada a rotina de trabalho, de acordo com as necessidades, bem como aqueles realizados na renovação da frota, cuja idade média, em 2011, passou a ser de 3,4 anos, contra os 4,6 anos observados em 2010.

PROGRAMA DE REDUÇÃO DE PERDAS: são verbas destinadas exclusivamente para o programa de combate às perdas técnicas e comerciais. Em 2011, 2010 e 2009 foram investidos R\$9,9, R\$4,7 e R\$9,6 milhões respectivamente.

MANUTENÇÃO e MELHORIAS NO SISTEMA são investimentos vegetativos, feitos com caixa próprios, destinados a manutenção, ampliação e melhorias no sistema elétrico, totalizaram R\$82,4, R\$98,8 e R\$67,4 milhões em 2011, 2010 e 2009 respectivamente. Destaca-se a implementação de recomposição automática em linhas de distribuição 34,5kV, que permitem executar a alimentação alternativa de subestações sem intervenção do Operador, passando, em 2011, a beneficiar diretamente as áreas urbanas de 9 municípios da área de concessão. Observa-se ainda o programa de remanejamento de transformadores de força, a fim de adequar seus carregamentos, com base nas projeções de crescimento e aumento de carga, com o menor impacto possível nos investimentos. Em 2011, a ENERSUL economizou R\$1,9 milhão em um total de 8 subestações.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os recursos para Programa Luz Para Todos são provenientes da Reserva Global de Reversão ("RGR"), Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), Estados e Fonte Própria. Os programas de interligação, como o caso da Ilha do Marajó, possui fonte integralmente subsidiada (sub-rogação CCC) e os demais programas, como telecomunicações, informática, infraestrutura, redução de perdas, expansão e melhorias no sistema, tem como fonte o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), bancos privados, BNDES e fonte própria.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há qualquer aquisição em vista que influenciará materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

PESQUISA & DESENVOLVIMENTO: a Controladas da Companhia investiram em 2011, 2010 e 2009 ainda R\$11,8, R\$9,6 e R\$9,3 milhões respectivamente, em programas de pesquisa & desenvolvimento, relacionados com a produção e operação da concessionária. Esses investimentos são compostos pelos seguintes programas: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Estudo de Eficiência Energética (EPE), Programa de Eficiência Energética (PEE), e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Implantação do Programa Evoluir a partir do primeiro semestre de 2009. Esse Programa tem por objetivo a integração das diversas iniciativas da Companhia e suas controladas, por meio de um único programa de transformação da gestão e operação. O objetivo é promover mais transparência e agilidade na tomada de decisões estratégicas, contribuindo para o desenvolvimento e o crescimento da Companhia, suas Controladas e colaboradores. O Programa é subdividido em sete projetos:

1. CSC – Centro de Serviços Compartilhados, já implementado, que visa a uniformização dos processos contábeis, fiscais e financeiros;
2. EPC – Estruturação do Processo de Cobrança, cujo objetivo é a criação de uma área de cobrança corporativa, responsável pela elaboração de estratégias, implementação de melhorias, definição das políticas, normas e gestão de indicadores;
3. EOE – Estruturação da Operação de Engenharia, que pretende melhorar a eficiência da área operacional, a partir do aprimoramento das estruturas de engenharia e distribuição das controladas pela Companhia;
4. MCPSE – Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, que visa o atendimento às exigências do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, por meio da atualização e manutenção do cadastro técnico, operacional e patrimonial;
5. PRODIST – Procedimentos de Distribuição, que tem por finalidade a adequação dos procedimentos, com o objetivo de atender as determinações da ANEEL;
6. Criação de um novo CALL CENTER, visando o aumento da qualidade do atendimento; e

Implantação do sistema SAP, com o objetivo de modernizar as ferramentas de gestão empresarial.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não existem novos produtos ou serviços em desenvolvimento.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.



EMPRESA ENERGÉTICA DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - ENERSUL

CNPJ/MF nº 15.413.826/0001-50

NIRE 54.300.000.566

Companhia Aberta

Campo Grande - MS, 24 de abril de 2012.

Aos Srs. Acionistas da **EMPRESA ENERGÉTICA DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - ENERSUL**

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

(Conforme informações indicadas no anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09).

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício de 2011 foi de R\$ 151.795 (cento e cinquenta e um milhões, setecentos e noventa e cinco mil reais).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

a) juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$24.000 (vinte e quatro milhões de reais), correspondendo ao valor bruto de 0,000410670 por ação. O crédito contábil foi efetuado em 30/12/2011 e os valores foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2011, conforme previsto no Estatuto Social, pelo valor líquido já deduzido o imposto de renda na fonte de 15% (quinze por cento), ou seja, R\$0,000349070 por ação, perfazendo o total líquido de R\$20.400 (vinte milhões e quatrocentos mil de reais), exceto para os acionistas que estejam dispensados ou isentos da referida tributação, os quais receberam pelo valor bruto declarado.

- b) Dividendo Propostos - R\$ 15.651 (Quinze milhões, seiscentos e cinquenta e um mil reais), sendo 0,000267812 por ação.

Os juros sobre o capital próprio referidos na alínea “a”, supra, foram deliberados na Reunião do Conselho de Administração de 21/12/2011. O pagamento foi realizado em dezembro/2011.

Os dividendos referidos na alínea “b”, supra, será realizado na forma e época determinadas em Assembleia Geral Ordinária.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Sobre o lucro líquido ajustado de 2011, foram distribuídos juros sobre o capital próprio de R\$ 24.000 (R\$ 20.400 líquido de IRRF) e dividendos propostos de 15.651, que equivale a 27,50% sobre o lucro líquido (25,00% líquido de IRRF), após deduzidos 5% destinados à reserva legal.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

- a) dividendos intermediários no montante de R\$65.000 (sessenta e cinco milhões de reais), ou seja, R\$ 0,00111223 por ação, à conta de reservas de investimento. Os dividendos foram creditados em 21/01/2011, aos acionistas da Companhia; e

- b) dividendos intermediários no montante de R\$36.500 (trinta e seis milhões e quinhentos mil reais), ou seja, R\$ 0,0006245608 por ação, à conta de reservas de investimento. Os dividendos foram creditados em 27/12/2011, aos acionistas da Companhia; e

Os dividendos referidos na alínea “a”, supra, foram deliberados na Reunião da Diretoria de 21/01/2011. O pagamento foi realizado em janeiro/2011.

Os dividendos referidos na alínea “b”, supra, foram deliberados na Reunião da Diretoria de 27/12/2011. O pagamento foi iniciado em dezembro/2011.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Dividendo Propostos - R\$ 15.651 (Quinze milhões, seiscentos e cinquenta e um mil reais), sendo 0,000267812 por ação.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Os Dividendos Propostos serão realizados na forma e época determinadas em Assembleia Geral Ordinária.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas

que terão direito ao seu recebimento

Os Dividendos Propostos serão declarados e realizados na forma e época determinadas em Assembleia Geral Ordinária (“ato de declaração”), a qual provavelmente será convocada para o dia 30/04/2012. Desta forma, terão direito aos Dividendos Propostos os acionistas inscritos como proprietários ou usufrutuários da ação na data do ato de declaração dos mesmos, na forma do Artigo 205 da Lei nº 6.404/76.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Exercícios:	2008	2009	2010	2011
Lucro líquido do exercício (R\$):	68.666	78.680	85.394	151.795
Lucro líquido por ação (R\$):				
Ordinárias	1,29	1,48	1,46	2,60

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

DIVIDENDOS

<u>Espécie de ações</u>	<u>Número de ações</u>	<u>2009 - AGO 2010</u>	
		<u>Vr. por ação R\$</u>	<u>Totais R\$ MIL</u>
Ações ordinárias	53.137.012	0,282289	15.000
Total	<u>53.137.012</u>		<u>15.000</u>

<u>Espécie de ações</u>	<u>Número de ações</u>	<u>2008 - AGO 2009</u>	
		<u>Vr. por ação R\$</u>	<u>Totais R\$ MIL</u>
Ações ordinárias	53.137.012	0,521294	27.700
Total	<u>53.137.012</u>		<u>27.700</u>

<u>Espécie de ações</u>	<u>Número de ações</u>	<u>2008 - AGO 2009 e RCA 27/3/2009</u>	
		<u>Vr. por ação R\$</u>	<u>Totais R\$ MIL</u>
Ações ordinárias	53.137.012	0,84686733	45.000
Total	<u>53.137.012</u>		<u>45.000</u>

JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

<u>Espécie de ações</u>	<u>Número de ações</u>	2010 - AGO 2011 e RCA 28/12/2011	
		<u>Vr. por ação R\$</u>	<u>Totais R\$ MIL</u>
Ações ordinárias	53.137.012	0,15996383	8.500
Total	<u>53.137.012</u>		<u>8.500</u>

<u>Espécie de ações</u>	<u>Número de ações</u>	2010 - AGO 2011 e RCA 4/8/2011	
		<u>Vr. por ação R\$</u>	<u>Totais R\$ MIL</u>
Ações ordinárias	53.137.012	0,31992766	17.000
Total	<u>53.137.012</u>		<u>17.000</u>

<u>Espécie de ações</u>	<u>Número de ações</u>	2009 - AGO 2010	
		<u>Vr. por ação R\$</u>	<u>Totais R\$ MIL</u>
Ações ordinárias	53.137.012	0,18819274	10.000
Total	<u>53.137.012</u>		<u>10.000</u>

<u>Espécie de ações</u>	<u>Número de ações</u>	2008 - AGO 2009	
		<u>Vr. por ação R\$</u>	<u>Totais R\$ MIL</u>
Ações ordinárias	53.137.012	0,71513242	38.000
Total	<u>53.137.012</u>		<u>38.000</u>

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

A esta reserva são destinados 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, conforme disposto no artigo 193 da Lei 6.404/76.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Do Lucro Líquido no exercício social findo em 31.12.2011, no montante de R\$ 151.795, constituiu-se a reserva legal de 5% sobre essa base, resultando em R\$ 7.590.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável. O capital social da Companhia é composto apenas por ações ordinárias.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Os acionistas terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, 25% do lucro líquido do exercício, observado o disposto no art. 29 do estatuto social da companhia.

Segue abaixo o cálculo dos dividendos relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011:

Lucro líquido do exercício	151.795
Reserva legal (5%)	<u>(7.590)</u>
Base de cálculo para dividendos mínimos	144.205
Percentual sobre o lucro	<u>25%</u>
Dividendo mínimo obrigatório	<u><u>36.051</u></u>
Juros sobre o capital próprio propostos:	
Juros sobre o capital próprio	24.000
Imposto de renda retido na fonte	<u>(3.600)</u>
Juros sobre o capital próprio propostos:	<u>20.400</u>
Dividendos propostos:	15.651
Total	<u><u>36.051</u></u>

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

A proposta é de que seja pago integralmente o dividendo mínimo obrigatório. Esse pagamento considera a imputação dos juros sobre capital próprio já declarados ao dividendo mínimo obrigatório. Os dividendos propostos terão a data de pagamento definida na Assembléia Geral Ordinária a ser realizada.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não há retenção de dividendo obrigatório.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não há destinação de resultado para reserva de contingências.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não há destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

O estatuto estabelece em seu art. 28, alínea “e”, que o lucro remanescente, por proposta da administração, poderá ser total ou parcialmente destinada à constituição de reservas de investimentos, observado o disposto no parágrafo único do mesmo artigo 28, e o art. 194 da Lei nº 6.404/76.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Dos lucros acumulados, foi proposto pela administração a destinação de R\$ 104.554 à Reserva de Investimentos.

c. Descrever como o montante foi calculado

31/12/2011

Lucro líquido do exercício	151.795
Reserva legal (5%)	(7.590)
Juros sobre capital social	(24.000)
Dividendos propostos	(15.651)
Reserva de investimento	104.554

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não há retenção de lucros.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não há destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

**ELEIÇÃO DE ADMINISTRADORES
CANDIDATOS INDICADOS OU APOIADOS PELA ADMINISTRAÇÃO OU
ACIONISTAS CONTROLADORES**

(Nos termos dos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência da Instrução
CVM 480/09)

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DATA DE ELEIÇÃO E POSSE: 30/ABRIL/2012
PRAZO DE MANDATO: ABRIL/2014**

Item 12.6. – Tabela

NOME	IDADE	PROFISSÃO	CPF	CARGO ELETIVO OCUPADO	INDICAÇÃO CONTROLADOR	OUTROS CARGOS EXERCIDOS NA COMPANHIA
Jorge Queiroz de Moraes Junior	67	Engenheiro Naval	005.352.658-91	Presidente	Sim	Diretor Gerente
Alberto José Rodrigues Alves	68	Engenheiro	029.912.508-44	Conselheiro Vice-Presidente	Sim	N/A
Carmem Campos Pereira	43	Administradora	111.333.448-79	Conselheira Administrativa	Sim	Diretora Presidente e de Relação com Investidores
Antonio da Cunha Braga	64	Administrador	266.514.758-00	Conselheiro Administrativo	Sim	N/A
Plácido Gonçalves Meirelles	77	Industrial	008.482.718-15	Conselheira Administrativa	Sim	N/A
Octávio Tavares de Oliva Filho	52	Engenheiro	057.619.868-41	Conselheiro Administrativo	Sim	N/A
Sâmia Kalil Georges	48	Pedagoga	312.227.571-68	Conselheira Administrativa	Representante Empregados	N/A

(*) N/A – Não aplicável

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Resposta: A Companhia não possui comitês estatutários ou comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

- a. currículo, contendo as seguintes informações:
 - i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
 - nome da empresa
 - cargo e funções inerentes ao cargo
 - atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor
 - ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Currículos - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Queiroz de Moraes Junior

Data de Nascimento: 16 de janeiro de 1945
Formado em Engenharia Naval pela Escola Politécnica da USP
Administração de Empresas Nível Pós Graduação e de Mestrado
Doutorado (PHD) Michigan State – University – USA – Especialização em Finanças e Contabilidade

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Presidente do Conselho de Administração da Companhia desde abril de 1995. É presidente do conselho de administração de várias empresas, incluindo as empresas de geração de energia elétrica da Rede Energia e também o presidente do Conselho de Curadores e diretor vice-presidente da Fundação Aquarela bem como Membro Efetivo Presidente da REDEPREV – Fundação Rede de Previdência.

Presidente do Conselho de Administração das empresas: Rede Energia S.A. (Cia Aberta), Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Cia Aberta), Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT (Cia Aberta), Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, Tangará Energia S.A., QMRA Participações S.A., Companhia Força e Luz do Oeste, Companhia Nacional de Energia Elétrica, Couto Magalhães Energia S.A., Empresa Elétrica Bragantina S.A., Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL (Cia Aberta), Rede Eletricidade e Serviços S.A., e Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A e Tangará Energia S.A.

Diretor das empresas: BBPM – Participações S.A, Caiuá Distribuição de Energia S.A., Companhia Força e Luz do Oeste, Companhia Geral, Companhia Nacional de Energia Elétrica, Denerge Desenvolvimento Energético S.A., Empresa Elétrica Bragantina S.A., Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A., Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL (Cia Aberta), JQMJ – Participações S.A., Companhia Técnica de Comercialização de Energia, nova denominação social de Rede Comercializadora de Energia S.A., Rede Couto Magalhães Energia S.A., Rede Participações S.A, Rede Eletricidade e Serviços S.A., Rede Peixe Energia S.A. e Rede Power do Brasil S.A.

Sócio Administrador: Agro Pastoral Lageado Ltda, Batia Exportação e Importação Ltda. e Caiuá – Cargas Aéreas Ltda.

Alberto José Rodrigues Alves

Data de Nascimento: 10 de novembro de 1943

Engenheiro Eletricista com especialização em Eletrônica – Escola de Engenharia Mauá

Pós Graduação em Administração de Empresas – Fundação Getúlio Vargas

Mestrado em Finanças e Contabilidade pela Fundação Getúlio Vargas

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Membro do Conselho de Administração desde abril de 1995. Foi Diretor Financeiro da Batia Exportação e Importação S.A – 1987/1988. Diretor Técnico e Sócio da Tacan Eletrônica Ltda – 1975/1986. Gerente do Departamento Técnico da Empresa Elétrica Bragantina S.A – 1971/1974. Gerente Técnico da Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo – 1968/1971.

Vice-presidente do Conselho de Administração: da Tangará Energia S.A

Membro do Conselho de Administração das empresas: Rede Energia S.A (Cia Aberta), Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A, Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL (Cia Aberta), Centrais Elétricas do Pará S/A – CELPA (Cia Aberta em Recuperação Judicial), Centrais Elétricas Matogrossenses S/A – CEMAT (Cia Aberta), Fundação Aquarela, QMRA Participações S.A., Couto Magalhães Energia S.A, Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A e Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS;

Diretor das empresas: BBPM – Participações S.A, JQMJ – Participações S.A. e Denerge – Desenvolvimento Energético S.A.

Sócio Administrador: Agro Pastoral Lageado Ltda, Batia Exportação e Importação Ltda. e Caiuá – Cargas Aéreas Ltda.

Carmem Campos Pereira

Data de Nascimento: 26 de Junho de 1968

Formada em Direito na Faculdade Metropolitanas Unidas - 1995

Administração de Empresas Graduada pela Universidade São Judas Tadeu - 1989

MBA Finanças – USP

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Membro da Diretoria desde maio de 1998.

Diretora Presidente e de Relação com Investidores e diretora administrativa e Financeira das empresas: Rede Energia S.A (Cia Aberta), Rede Participações S.A., Rede Peixe Energia S.A., Centrais Elétricas do Pará S/A – CELPA (Cia Aberta), Centrais Elétricas Matogrossenses S/A – CEMAT (Cia Aberta), Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S/A, Caiuá

Distribuição de Energia S.A, e Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A – ENERSUL (Cia Aberta).

Diretora Vice-presidente da empresa: Denerge - Desenvolvimento Energético S.A

Diretora das empresas: BBPM – Participações S.A. JQMJ - Participações S.A., Companhia Força e Luz do Oeste, Companhia Geral, Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A, Companhia Nacional de Energia Elétrica, Empresa Elétrica Bragantina S.A, Rede Eletricidade e Serviços S.A, Tangará Energia S.A, QMRA Participações S.A e Rede Power do Brasil S/A.

Diretora e integrante do Conselho de Administração da empresa: Couto Magalhães Energia S.A

Sócia Administradora: Agro Pastoral Lageado Ltda, Batia Exportação e Importação Ltda. e Caiuá – Cargas Aéreas Ltda.

Antonio da Cunha Braga

Data de nascimento 18/7/1947

Formado em Administração de Empresas pela Universidade de Marília – UNIMAR, eletrotécnico formado pelo Instituto Americano de Lins e pós-graduado em Administração Geral pela USP. Trabalha na Rede Energia há 35 anos.

Plácido Gonçalves Meirelles

Data de Nascimento: 25 de dezembro de 1934

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: É membro do Conselho de Administração desde abril de 2000. É sócio Gerente da Trois Elles Modas e Confecções. Atuou como membro do Conselho de Curadores da REDEPREV e como diretor da Termocerâmica São Martinho.

Diretor Vice-presidente da empresa: Denerge - Desenvolvimento Energético S.A

Diretor das empresas: Empresa Elétrica Bragantina S.A. e Companhia Nacional de Energia Elétrica.

Membro do Conselho de Administração das empresas: Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A, Rede Energia S.A (Cia Aberta). e QMRA Participações S.A.

Octávio Tavares de Oliva Filho

Data de Nascimento: 31 de Dezembro de 1959

Formado em Engenharia Agrônômica pela Universidade Estadual Paulista-UNESP

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

DENERGE – 1985/1991, nas empresas Batia Exp. E Import. S/A – Vice Presidente, Agro Pastoral Lageado S/A – Diretor e Agro Comercial Lageado Ltda – Diretor

Metal Yanes – S/A – 1992/1994 – Diretor Corporativo

Yanes Minas Ind. e Com. Ltda – 1994/2000 – Diretor Geral

Kidde Brasil Ltda – 2000/2005 – Diretor Corporativo

EcoSafety Equipamentos de Segurança Ltda – Sócio Gerente

FIESP – 2002/2004 – Conselheiro

CIESP – a partir de 2004 – Conselheiro

ABNT – 2002/2004 – Membro do Conselho Deliberativo

Membro do Conselho de Administração da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A – CEMAT (Cia Aberta), Centrais Elétricas do Pará S.A – CELPA (Cia Aberta em Recuperação Judicial) e REDE ENERGIA S.A (Cia Aberta).

Sâmia Kalil Georges

Data de Nascimento: 15 de fevereiro de 1964

Formada em Pedagogia pela UCDB – Universidade Católica Dom Bosco.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Trabalha na Enersul desde de 1982. É gerente de Gestão de Pessoas e Segurança do Trabalho ENERSUL, responsável pelo planejamento, execução e controle de eventos de treinamento na empresa, elaboração e controle de indicadores de treinamento e incentivo à educação formal, apoio em processos de auditorias internas e externas de certificação ISSO 9001 ou demais prêmios que a ENERSUL esteja concorrendo, elaboração de relatórios gerenciais e coordenação de treinamentos e eventos em geral na empresa.

Informamos que o Conselho Fiscal da Companhia não é permanente.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

a. qualquer condenação criminal

Resposta: Não há.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Resposta: Não há.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Resposta: Não há.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) administradores do emissor

Resposta: Não há.

b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Resposta: Não há.

c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Resposta: Não há.

d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Resposta: Não há.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Resposta: Não há.

b. controlador direto ou indireto do emissor

Resposta: Não há.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Resposta: Não há.



EMPRESA ENERGETICA DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - ENERSUL
CNPJ/MF nº 15.413.826/0001-50
NIRE 54.300.000.566
Companhia Aberta

Campo Grande - MS, 24 de abril de 2012

Aos Srs. Acionistas da **EMPRESA ENERGETICA DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - ENERSUL.**

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(Conforme informações do item 13 do
Formulário de Referência da Instrução CVM 480/09)
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a. objetivos da política ou prática de remuneração

Resposta: A prática de remuneração do conselho de administração e da diretoria estatutária, adotada pela Companhia, objetiva atrair e reter profissionais qualificados e com experiência na área de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, bem como, incentivar o cumprimento dos objetivos e metas, proporcionando um alinhamento com os interesses da Companhia.

Leva em consideração as responsabilidades de cada membro, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

Para o exercício de 2012, a Companhia propõe o montante global de até R\$ 5.100.000,00, para a remuneração dos administradores da Companhia, a ser segregado da seguinte forma:

(i) De até R\$ 600.000,00 para o Conselho de Administração, sendo R\$ 400.000,00 correspondente à remuneração fixa e o valor de R\$ 200.000,00 referentes aos encargos.

(ii) De até R\$ 4.500.000,00 para a Diretoria Executiva, sendo R\$ 2.400.000,00 correspondente à remuneração fixa, R\$ 1.100.000,00, correspondente à remuneração variável, R\$ 200.000,00 referente à benefícios, e o valor de R\$ 800.000,00 referentes aos encargos.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Resposta: A Companhia adota um modelo de remuneração composto por: (i) remuneração fixa, composta por honorários mensais aplicáveis à Diretoria e ao Conselho de Administração; (ii) remuneração variável, que é o honorário calculado de acordo com os indicadores de performance individual e da Companhia aplicável aos Diretores Executivos (Estatutários), e, (iii) benefícios, com os quais a Companhia procura atrair e reter os melhores talentos e retribuir a competência de seus administradores, também aplicáveis aos Diretores Executivos (Estatutários). Vide item 13.1 (a).

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Resposta:

Conselho de Administração: 11,76% da Remuneração Total.

Diretoria: 88,24% da Remuneração Total

(*) Percentual considera os encargos.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Resposta: Os membros do Conselho de Administração recebem honorários fixos mensais. O reajuste da remuneração dos membros do Conselho de Administração é feito com base na lei e em práticas de mercado. A proposta de remuneração para a Diretoria Estatutária e seu reajuste baseia-se em práticas de mercado.

A Companhia verifica as práticas de mercado comparando seus indicadores operacionais e desempenho econômico de suas controladas com os números de empresas de mesmo porte e setor, levando em consideração as diferenças regionais do país.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Resposta: A remuneração da Companhia considera as responsabilidades de cada cargo e esta baseada nas práticas de mercado visando a retenção dos melhores profissionais.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Resposta: A remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia é fixa e não considera indicadores de desempenho.

A remuneração variável dos Diretores Estatutários é definida com base em metas alinhadas com o plano estratégico da Companhia e performance do negócio. A mensuração está ligada ao resultado econômico da Companhia, como evolução do EBITDA, desempenho operacional apurados nos exercícios sociais, indicadores de qualidade de serviço, tais como, DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor), FEC

(Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor) e redução de perdas comerciais, satisfação dos clientes, Acionistas e colaboradores

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Resposta: Os honorários do Conselho de Administração são revisados anualmente e definidos pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia. Para os Diretores Estatutários, a remuneração variável é baseada em metas quantitativas, as quais refletem a evolução dos indicadores de desempenho da Companhia.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.

Resposta: A prática de remuneração dos diretores estatutários está alinhada aos interesses da Companhia, por ser fundamentada por critérios atrelados ao desempenho econômico-financeiro da Companhia definidos pelos indicadores de desempenho, satisfação dos clientes, imagem da Companhia e responsabilidade social.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Resposta: Alguns Conselheiros e Diretores exercem cargos em empresas relacionadas e sob controle comum, sendo neste caso remunerados por tais atribuições.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Resposta: Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2009 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	6	-	15
c.i. Remuneração fixa anual	270.000,00	1.925.320,00	-	2.195.320,00
Salário ou Pró-labore	270.000,00	1.892.320,00	-	2.162.320,00
Benefícios diretos e indiretos		33.000,00	-	33.000,00
Remuneração por participação em comitês		-	-	
Outros		-	-	
c.ii. Remuneração variável		699.360,00	-	699.360,00
Bônus		699.360,00	-	699.360,00
Participação nos resultados			-	
Remuneração por participação em reuniões			-	
Comissões			-	
Outros			-	
c.iii. Benefícios pós-emprego			-	
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			-	
c.v. Remuneração baseada em ações			-	
d. Valor da remuneração por cada Órgão			-	
e. Total da remuneração dos Órgãos	270.000,00	2.624.680,00	-	2.894.680,00

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2010 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	7	-	16
c.i. Remuneração fixa anual	270.000,00	1.546.580,00	-	1.816.580,00
Salário ou Pró-labore	270.000,00	1.446.580,00	-	1.716.580,00
Benefícios diretos e indiretos	-	100.000,00	-	100.000,00
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	
Outros	-	-	-	
c.ii. Remuneração variável	-	2.350.960,00	-	2.350.960,00
Bônus	-	618.000,00	-	618.000,00
Participação nos resultados	-	1.732.960,00	-	1.732.960,00
Remuneração por participação em reuniões	-		-	
Comissões	-		-	
Outros	-		-	
c.iii. Benefícios pós-emprego	-		-	
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-		-	
c.v. Remuneração baseada em ações	-		-	
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-		-	
e. Total da remuneração dos Órgãos	270.000,00	3.897.540,00	-	4.167.540,00

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2011 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	5	5	-	10
c.i. Remuneração fixa anual	270.000,00	1.937.288,44	-	2.207.288,44
Salário ou Pró-labore	270.000,00	1.820.000,00	-	2.090.000,00
Benefícios diretos e indiretos	-	117.288,44	-	117;288,44
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	
Outros	-	-	-	
c.ii. Remuneração variável	-	805.000,00	-	805.000,00
Bônus	-	805.000,00	-	805.000,00
Participação nos resultados	-	0,00	-	0,00
Remuneração por participação em reuniões	-		-	
Comissões	-		-	
Outros	-		-	
c.iii. Benefícios pós-emprego	-		-	
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-		-	
c.v. Remuneração baseada em ações	-		-	
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-		-	
e. Total da remuneração dos Órgãos	270.000,00	2.742.288,44	-	3.012.288,44

(*) A remuneração prevista para o exercício de 2010, não foi integralmente realizada pois os administradores Carmem Campos Pereira, Jorge Queiroz de Moraes Junior, Cyro Vicente Boccuzzi, José Carlos Santos e Sidney Simonaggio não receberam remuneração da Companhia.

Remuneração prevista para o Exercício de 2012 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	7	6	-	13
c.i. Remuneração fixa anual	400.000,00	2.600.000,00	-	3.000.000,00
Salário ou Pró-labore	400.000,00	2.400.000,00	-	2.800.000,00
Benefícios diretos e indiretos	-	200.000,00	-	200.000,00
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.ii. Remuneração variável	-	2.546.850,00	-	2.546.850,00
Bônus	-	1.100.000,00	-	1.100.000,00
Participação nos resultados	-	1.446.850,00	-	1.446.850,00
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-	-	-	-
e. Total da remuneração dos Órgãos	400.000,00	5.146.850,00	-	5.546.850,00

(**) As tabelas acima, não incluem os encargos e provisões legais.

13.3 a 13.6 – Não aplicáveis.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Resposta: Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

13.8 a 13.12 – Não aplicáveis.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Exercício de 2009 (R\$ mil)			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual da Remuneração Total	9,4%	90,60%	-

Exercício de 2010 (R\$ mil)			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual da Remuneração Total	6,32%	93,68%	-

13.14 e 13.15 – Não aplicáveis.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Resposta: Não aplicável.